

# A “nova dialética” de Christopher Arthur e *O capital* de Karl Marx: uma análise crítica

CLÁUDIO GONTIJO\*

## Introdução

Embora as conexões entre as dialéticas de Hegel e Marx sempre tenham sido objeto de atenção, a proliferação de abordagens divergentes sobre tema no período recente tem trazido perplexidade e consternação, acentuando a pretensa “desconstrução do marxismo”, na expressão de Michael Ryane. Destarte, afora as contribuições de autores independentes, como, por exemplo, Bertell Ollman, Jacques Bidet, Moishe Postone e Norman Levine, têm-se destacado na literatura, em primeiro lugar, aqueles que, como Erwin Marquit, George Boger, Igor Narski, James Lawer, Ronald Rieve e Sean Sayers, se atêm à inversão marxista da dialética hegeliana e à sua leitura materialista com base em Lênin. Já a escola de Uno-Sekine, liderada por John Bell, Robert Albritton e Thomas Sekine, propõe uma leitura de *O capital* com base nas contribuições do economista japonês Kozo Uno. Em terceiro lugar, têm-se a “reconstrução” do texto de Marx pela Nova Dialética de Christopher Arthur, Enrique Dussel, Geert Reuten, Mario Báez, Patrick Murray e Tony Smith, que se propõe a “construir uma dialética *sistemática* de forma a articular as relações do capitalismo, em oposição à dialética histórica que estuda a *ascensão* e a *queda* de sistemas sociais” (Arthur, 2004, p.3-4).

Este artigo examina criticamente a Nova Dialética, em particular o livro de Christopher Arthur, *The New Dialectic and Marx's Capital*, pretendendo contribuir

---

\* Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. E-mail: gontijo@face.ufmg.br.

para reduzir o nível de confusão existente sobre o tema, demonstrando as aparentes insuficiências e contradições dessa “releitura” das relações entre Marx e Hegel.

Apresentando uma visão sumária da “Nova Dialética” na Seção 2, ele discute, na seção seguinte, o caráter da abstração utilizada por seus defensores; já a questão da economia mercantil simples é abordada na Seção 4, enquanto a dialética da história na Seção 5. A analogia entre o capital e a Ideia Hegeliana é discutida na Seção 6, enquanto a Seção 7 resume as principais conclusões.

### A “Nova Dialética” de Christopher Arthur

O caráter sistemático da totalidade, em oposição ao materialismo histórico, é salientado por Arthur (2004, p.64), quando assevera que tanto a *Lógica* de Hegel quanto *O capital* de Marx “tratam um *dado todo* e demonstram como ele se reproduz”, em lugar de apresentar qualquer dialética da história de sua gênese, de modo que “o ordenamento das categorias não é de forma alguma determinado pela recapitulação de uma cadeia histórica de causalidade”. Em contraposição, o “método lógico-histórico”, adotado por Engels, Sweezy, Mandel e Meek, entre outros, assevera que “a estrutura lógica do *Capital* é simplesmente um reflexo correlato dos estágios históricos do desenvolvimento do sistema capitalista de produção” (Arthur, 2004, p.17), de forma que seus capítulos introdutórios se referem à “produção mercantil simples”. Isto, contudo, seria um erro, pois, ainda nas palavras de Arthur (idem), “desde sua primeira sentença, o objeto de *O capital* de Marx é, de fato, o *capitalismo*” e “a ordem da apresentação de Marx não é de uma sequência de modelos de objetos mais e mais complexos”, “mas do desenvolvimento progressivo de formas do *mesmo objeto*, a saber, o capitalismo”.

Em termos da categoria central de *O capital* – o valor – isso significa que não faria sentido “falar de valor e de troca governados por uma lei do valor trabalho em uma sociedade pré-capitalista, até porque nessa sociedade imaginária não pode haver qualquer mecanismo para fazer cumprir essa lei”. Antes pelo contrário, o pleno desenvolvimento dessa lei pressupõe o capitalismo, em que “a forma ‘vazia’ do valor é preenchida com determinado conteúdo, sob a força da valorização” (Arthur, 2004, p.20-21).<sup>1</sup>

Por outro lado, visto que a totalidade – o objeto da dialética – “não pode ser compreendida imediatamente” (Arthur, 2004, p.25), a sua reconstrução tem de começar com o seu aspecto mais imediato, abstrato e indeterminado.<sup>2</sup> A partir desse elemento, que é “arrancado do todo” através da abstração “de outras relações que, na realidade, a penetram e ajudam a constituir sua efetividade” (p.24), e que, portanto, “não tem significado fora da estrutura a que pertence”,<sup>3</sup> a reconstrução

1 Conforme salienta Báez (2005a, p.262), em Marx o trabalho abstrato e o valor “não existem antes do capitalismo”.

2 Veja-se Báez (2005a, p.270).

3 “Tomada em isolamento, em abstração de seu lugar no sistema, uma categoria é imperfeitamente apreendida” (Arthur, 2004, p.64).

progride através do questionamento desse *status*, movida pela *insuficiência* de cada estágio de desdobramento da categoria em termos de suas pressuposições (p.26). Na verdade, “os conceitos do primeiro capítulo de Marx possuem apenas um caráter abstrato e o argumento, à medida que avança, desenvolve os significados desses conceitos, através da sua fundamentação adequada na totalidade abrangente” (p.26). Deste modo, a exposição do sistema também significa um movimento regressivo, de progressiva fundamentação das categorias, cujo resultado é a totalidade ordenada.

Visto que, “como ‘valor que se autovaloriza’, [o capital] é um conceito por demais complexo para ser introduzido imediatamente”, Marx não começa por ele, mas pela mercadoria, que, como “valor como tal, ‘é a expressão mais abstrata do capital e da produção nele fundamentada’ (Marx). Contudo, exatamente porque é abstraído da totalidade capitalista, nenhuma definição acabada do valor pode ser dada no início” (Arthur, 2004, p.25-6).

No movimento de fundamentação da mercadoria gera-se a sua duplicação em mercadorias e dinheiro, dando “origem a uma nova forma do valor, a mais-valia, como o objetivo da troca na forma capital” (Arthur, 2004, p.31). O movimento deste novo conceito, que “demanda que a força de trabalho esteja disponível como uma mercadoria” (p.32), assume, então, uma forma muito mais complexa do que a circulação de mercadorias, além de simultaneamente criar, produzir o valor de troca como suas próprias premissas. Deste modo, embora se comece pela mercadoria, “o momento determinante no sistema é o capital industrial”, o qual, apesar de que, “na derivação, tem necessariamente de aparecer como resultado, é, na realidade, a pressuposição da categoria inicial” (idem).<sup>4</sup> É por isso que se pode dizer que “a lei do valor não é algo que esteja na *origem*, quer lógica, quer histórica, é algo que *vem a ser* nas determinações formais da totalidade capitalista” (Arthur, 2004, p.33).

Visto serem indeterminadas as categorias iniciais, por terem sido “arrancados do todo” através da abstração, o trabalho abstrato e o tempo de trabalho socialmente necessário também representam categorias “necessariamente conceptualizadas inadequadamente quando articuladas como pressuposições do valor no contexto da circulação simples prior a qualquer discussão do processo de produção” (Arthur, 2004, p.40). Em particular, “qualquer ‘substância’ do valor, tal como o trabalho abstrato, não pode existir antes da produção generalizada de mercadorias numa base capitalista”, até porque como “a circulação generalizada de mercadorias existe somente com base na produção capitalista, o valor se torna determinado apenas com mercadorias produzidas capitalisticamente” (p.40).

De mais a mais, há de se concordar com Napoleoni, para o qual “o trabalho não pode ser a fonte do valor, nem, *a fortiori*, da mais-valia” (p.49), pois, afinal, é o capital quem incorpora as forças da produção e, portanto, produz as mercadorias.

4 Conforme afirma Báez (2005a, p.261), “o conceito de capital como uma totalidade está pressuposto, não está posto todavia no ponto de partida de sua apresentação”.

Não há, entretanto, perfeita subsunção do trabalho ao capital, visto que “o trabalho é sempre ‘em e contra’ o capital” (p.52) e, além disso, “a ‘subjatividade’ residual do trabalhador (...) dá origem a uma recalcitrância de ser ‘explorado’, o que os outros fatores não possuem” (p.53). “Essa é a razão pela qual (...) o trabalho é correlacionado com o valor”: “o valor novo é a reificação bem sucedida do trabalho vivo” (p.54) e, além disso, “um refluxo de valor para os trabalhadores sob a forma de salário, o capital desvia parte do fluxo para o seu próprio reservatório de valor acumulado” – “a exploração consiste na expropriação desse valor” (p.55). Segue-se que a magnitude do valor “é determinada pelo ‘tempo socialmente necessário de exploração’”, que “compreende toda a jornada de trabalho, não apenas o assim chamado ‘tempo de trabalho excedente’” (p.55), o que significa que a “luta de classes é *ontologicamente constitutiva* do capitalismo” e “o valor mede o sucesso do capital na batalha por apropriação do trabalho para si” (p.57).

Por outro lado, as contradições da troca de mercadorias identificadas por Marx “surgem somente porque *se pressupõe* que a mercadoria é portadora de valor” (Arthur, 2004, p.71), até porque parece ser “difícil ver qualquer coisa contraditória na persistência de relações de escambo” (p.70). Além do mais, do fato das mercadorias serem “deficientes”, emerge a necessidade do dinheiro, forma em que “o valor está *melhor fundamentado* do que nas relações mercantis simples” (idem).

Em paralelo à *Ciência da lógica* de Hegel, Arthur (2004, p.79) identifica o movimento da troca de mercadorias à “Doutrina do Ser”, o desdobramento do valor em dinheiro e mercadoria à “Doutrina da Essência” e o capital à “Doutrina do Conceito”. Nesse sentido, a mercadoria seria o “valor na forma de ‘Ser’” (p.89), enquanto as categorias marxistas de “permutabilidade”, “montante”<sup>5</sup> e “valor de troca” corresponderiam às categorias hegelianas de qualidade, quantidade e medida (p.89).

Assim, no âmbito da troca, Arthur (2004, p.90) assegura que “podemos falar das mercadorias em termos da oposição elementar entre Ser e Nada” – “elas têm seu *ser* nos circuitos da troca; mas ainda não revelam *nada* sobre si mesmas que garantam seus status” (p.90). Contudo, assim como o Espírito hegeliano, o valor seria “uma essência que é verdadeiramente real somente através de formas específicas de sua automanifestação necessária”, ganhando “realismo em suas formas desenvolvidas posteriores de aparecer” (p.90). Todavia, se “há de ser conceitualmente coerente, ele tem de suspender essa duplicação de suas determinações em manifestações separadas” (p.101), até porque “o seu verdadeiro conceito, é constituído exatamente na medida em que se põe a si mesmo como sendo simultaneamente nem mercadorias nem dinheiro” (p.101).

Inicialmente *subjetivo*, “puramente formal”, esse conceito se objetiva através do capital, que se transforma em um “‘*sujeito*’ individual” (Arthur, 2004, p.101-2),

5 Certamente, Arthur refere-se à quantidade de trabalho ou capital, ou mesmo à magnitude do valor, termos usados amplamente por Marx.

assumindo a “forma absoluta” de Hegel. Conforme destaca Arthur (2004, p.105), “*para se autofundamentar, o valor tem de ser produzido por valor*” e à medida que o capital conquista a esfera da produção, ele – assim como o trabalho abstrato e, portanto, o valor – ganha realidade.

### **Análítica “Nova Dialética” versus dialética hegeliano-marxista**

Conforme salienta Rosdolsky (1968, p.11-14), a publicação dos *Grundrisse* pôs termo à “extensa controvérsia” a respeito da conexão entre Hegel e Marx (Lawler, 1982, p.11), tornando não apenas impossível contestá-la, mas também evidente que “uma interpretação correta e, assim, uma avaliação efetiva da teoria de Marx têm de ser baseadas numa compreensão abrangente da dialética hegeliana e em seu uso por Marx, especialmente em *O capital*” (Likitkijsomboon, 1992, p.405). Estão corretos, pois, os defensores da Nova Dialética, quando sustentam que “em *O capital* e outros escritos, Marx foi claramente influenciado pela teoria dialética de Hegel” (Tony Smith, 1993, p.1). De fato, *O capital* parece claramente assumir a forma de uma exposição sistemática, em que a totalidade – reino “portador do princípio revolucionário da ciência”, conforme afirma Lukács (1919-22, p.41) – assume posição central.

Segundo Marx (1873, p.16), “é mister, sem dúvida, distinguir formalmente o método da exposição do método da pesquisa”. O primeiro representaria “manifestamente, o método científico correto”, em que “as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto pelo caminho do pensamento” (Marx, 1857-1858, v.I, p.21). Já na *pesquisa*, parte-se do concreto sensível, de uma “representação caótica do conjunto”, chegando-se, através da análise, às “determinações mais simples” (idem), que constituem o ponto de partida da *exposição* (*Darstellung*), até porque, “chegados a este ponto, haveria que empreender-se a viagem de retorno” (idem). A ciência, portanto, assume uma figura circular (Gontijo, 2014, p.4 e p.19); seu percurso é um percurso circular em si mesmo, em que o Primeiro se torne também o Último e o Último se torne também o Primeiro” (Hegel, 1812, p.66).

A aceitação da ideia hegeliano-marxista de que a exposição sistemática segue a ordem do desdobramento de uma categoria seminal – a mercadoria – não evita que os “novos dialéticos” afastem-se da abstração analítica da tradição aristotélico-kantiana. Para Aristóteles, a abstração produz o abstrato como universal genérico, tomando o elemento comum na multiplicidade via supressão das diferenças específicas, ou seja, das particularidades concretas. A particularização do geral, que significa a descida aristotélica nos galhos da Árvore Porfíriana,<sup>6</sup> ocorre por

6 Apresentada por Porfírio (233-304) na sua famosa introdução às categorias de Aristóteles – o *Isagoge* –, em que, a partir da teoria dos predicados de Aristóteles (Analíticos Posteriores, II, XIII, 96b 25-97b 25), o autor formula um conjunto hierárquico finito de gêneros e espécies, organizado por dicotomias sucessivas, procedendo do geral ao particular, do gênero à espécie e da maior extensão à maior compreensão (veja-se Evangeliou, 1988), ela desempenhara papel central na classificação dos seres até o surgimento da ciência moderna.

adição de determinações específicas e nunca alcança o singular, que não pode ser apreendido pela ciência. O mesmo ocorre com Kant, para quem o universal é forma vazia, preenchido pela experiência, que é a fonte do conteúdo, ou seja, da diferença específica. Hegel rejeita essa perspectiva, que abre mão do princípio da necessidade, pois a predicação do universal aristotélico-kantiano – que é conceito apto a ser predicado de muitos – não é gerada a partir do movimento do próprio conceito, mas provém da experiência. Em contraposição, para Hegel (1807, p.7) o pensamento científico existe “no elemento universal, que traz dentro de si o particular”, que se concretiza no singular, de modo que na derivação do universal (U) gera o particular (P) e, deste, o singular (S) ( $U \rightarrow P \ S$ ).<sup>7</sup>

Hegel examina o estatuto epistemológico da abstração analítica no capítulo da *Ciência da Lógica* referente à lógica do *Ser*, em que demonstra que o ser em geral não é concreto, pois, se o fosse, seria um ser determinado e, portanto, uma forma particular do ser. Mas, como todo ser concreto é existente, o ser em geral, abstrato, é inexistente, é uma pura abstração. Por via de consequência, o concreto, é ser determinado – “síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade do diverso”, como reprisa Marx (1857-1858, v.I, p.21), parafraseando Hegel (1812, p.99). Mostra, de mais a mais, que a lógica do Ser se resolve no *Vir a Ser*, desembocando no *Ser Determinado*, que é ponto de partida de todo o desdobramento que se segue, que se põe, assim, sobre o fundamento do concreto. Não é por outra razão que, para Kösik (1963), a dialética marxista é necessariamente dialética do concreto, e que Marx (1857-1858, v.I, p.6), na Introdução aos *Grundrisse*, afirma peremptoriamente que “não existe produção em geral”, pois, como esclarece, toda produção é concreta, tendo o conceito de produção em geral de ser abandonado (p.8) em favor do conceito de modo de produção, produção socialmente determinada (p.18 e p.20).<sup>8</sup>

Ao adotar a abstração analítica, a Nova Dialética cai em uma “dialética puramente conceptual”, como acertadamente apontaram Callinicos (1998) e Saad Filho

7 Apesar de distinguir a abstração analítica da dialética, Reuten (2005, p.32) abraça a primeira, considerando como “noção universal abstrata” o ponto de partida da *Darstellung* marxista. Ao exemplificar o universal como gênero (“animal”) e o particular como espécie (“gato”), revela claramente o caráter analítico da sua abstração. O mesmo ocorre com Tony Smith (1993b, p.36) para quem a lógica dialética é “um conjunto de regras”, cuja primeira categoria abstrai o que os objetos ou processos têm em comum. Aliás, Tony Smith (1990), na medida em que afirma que, para Hegel, o abstrato é um princípio universal que unifica um conjunto diversificado de indivíduos ou particulares, atribui explicitamente a abstração formal ao filósofo alemão. Também Murray (2005) adota a abstração analítica.

8 Um exemplo de abstração analítica que produz conceitos inexistentes e a-históricos está dado na categoria “*sociation*” de Reuten e Williams (1989), que representa uma realidade universal que se torna economicamente ativa pelo engajamento das pessoas em relações e práticas sociais. É esclarecedor contrastar esse conceito e a afirmativa de Murray (2005, p.64) de que “o trabalho de qualquer tipo social, concreto e histórico específico, pode ser visto como trabalho abstrato” com a asserção de Marx (1857-1858, v. I, p.5), de que “quando se fala de produção, está-se falando sempre de produção em um estágio determinado de desenvolvimento social, da produção de indivíduos em sociedade”. Carece de sentido, pois, o “dilema de Rubin” identificado por Murray.

(1997, p.117), afastando-se radicalmente, portanto, de Hegel e Marx. Pior ainda, também cai no erro, apontado por Arthur, (2004, p.22-4), de adotar o método das “aproximações sucessivas” de Sweezy (1956, p.39-50), que “consiste em passar do mais abstrato” – que contém “um número relativamente pequeno de aspectos da realidade” – “para o mais concreto”.

Conforme salientado acima, se o desenvolvimento da *Lógica* de Hegel se inicia pelo ser indeterminado e abstrato, logo atinge o ser determinado – o *universal concreto* – que é o fundamento de toda ciência *concreta*. Essa categoria é *universal* porque é a unidade subjacente à multiplicidade de determinações da totalidade, as quais resultam do seu desdobramento; por outro lado, é *concreto* porque é como existente, e, como tal é síntese de múltiplas determinações, embora essas ainda se encontrem na forma de germens não desenvolvidos, contendo, como síntese, todas as determinações e relações dessa totalidade. Em outras palavras, a categoria mais simples, “contém em si mesmo, de forma implícita, todas as categorias da esfera da *Lógica*”, sendo, “potencialmente, cada categoria que vem depois dela”, de modo que, partindo das categorias mais simples “o raciocínio dialético apenas explicita as categorias posteriores”, mais desenvolvidas (Likitkijsonboon, 1992, p.406).<sup>9</sup> Não é sem motivo que, no Prólogo da *Fenomenologia do Espírito* (p.8 e p.12), Hegel lança mão por duas vezes da imagem da semente e da árvore, sugerindo respectivamente o ponto de partida e de chegada da exposição.<sup>10</sup>

A tese de Arthur de que o ponto de partida é abstrato, portanto, estaria correta se se referisse à abstração do desdobramento categorial que dá origem à totalidade, mas parece completamente incorreta quando afirma seu caráter indeterminado.<sup>11</sup> Em vez, como quer Arthur, do desenvolvimento da *Darstellung* determiná-lo “posteriormente até que seja apreendido em conexão com a totalidade concreta”, o desenvolvimento dialético das determinações do universal concreto produz a

9 Segundo Gontijo (1982, p.43), a dialética “é um processo no qual os seus momentos já se encontram presentes como germens não desenvolvidos no seu ponto de partida. O movimento dialético constitui-se no desdobramento desses germens, na explicitação da racionalidade implícita no princípio”. “Como uma monada leibniziana, a mercadoria reflete em si todo o ‘mundo’ condicionado por essa estrutura” (Schmidt, 1973, p.71), ou seja, a sociedade burguesa. “Da mesma maneira que a forma simples do valor, o ato isolado de troca de uma só mercadoria dada contra outra, contém já de forma não desenvolvida, todas as contradições fundamentais do capitalismo em si, assim a mais simples generalização significa já (...) o conhecimento cada vez mais adiantado da profunda conexão objetiva do mundo por parte dos homens” (Lenin, apud Schmidt, 1973, p.71). Já para Müller (1982, p.19-20), a mercadoria “é a categoria elementar da produção capitalista que contém o ‘germe’ das categorias mais complexas”. Engana-se, pois, Saad Filho (1982, p.117) quando afirma que “a noção de que a riqueza do concreto está contida na mercadoria e pode ser revelada apenas pela aplicação da dialética cheira a *idealismo*, porque pressupõe que o capitalismo pode ser reconstruído em pensamento puramente através da análise abstrata, indiferentemente do contexto histórico”.

10 Mais do que isso, a semente, além de ser o ponto de partida da árvore, é seu produto final. A analogia dificilmente poderia ser mais perfeita.

11 Contradizendo a si mesmo, o próprio Arthur reconhece que a exposição do sistema começa “com alguma relação simples, mas determinada (tal como a forma mercadoria)”.

totalidade, à qual está organicamente conectado como sua expressão seminal. Do mesmo modo que a semente é a síntese não desenvolvida da árvore, em lugar de parte dela arrancada, tampouco o universal concreto como ponto de partida é produto de uma “abstração violenta” que o tenha arrancado da totalidade, tornando-o “necessariamente caracterizado de modo inadequado”. De fato, a sua única inadequação consiste no seu caráter não desenvolvido, que torna necessário seu desdobramento com destino à totalidade. Se a verdade é sistema, conforme sustenta corretamente Arthur, o sistema como totalidade desenvolvida não está dado pelo resultado final do desenvolvimento lógico que se inicia no universal concreto, mas inclui o processo de desdobramento das categorias seminais do universal concreto. Nas palavras de Hegel (1807, p.8), o verdadeiro “é o devir de si mesmo, o círculo que pressupõe e tem por começo seu termo como sua finalidade e que somente é real por meio de seu desenvolvimento e de seu fim”, de forma que o resultado do processo de desenvolvimento lógico não “é o todo real, senão que o é em união com o seu devir” (idem).

Embora efetivamente a exposição sistemática atravessasse sucessivos estágios, o desdobramento de uma categoria na próxima não resulta de sua “insuficiência” em termos das determinações da totalidade e nem muito menos se dá por adição de “novos elementos”. Não se trata de escalar a Árvore Porfiriana de galho em galho como no pensamento analítico, mas de reproduzir a germinação da semente da totalidade, cujo desdobramento é produto de suas contradições internas, em vez de resultar do “caráter abstrato do elemento em isolamento” em relação ao “seu significado como parte do todo”. É claro que cada nova categoria é “um conceito superior, mais rico que o conceito precedente”, na medida em que “se enriqueceu com a negação do conceito precedente, ou seja, com seu contrário” (Hegel, 1812, p.50), sendo, dessa forma, “unidade de si mesmo e de seu contrário” (idem). Nas palavras de Hegel (idem, p.51), “[a]quele por meio do qual o conceito se impele adiante por si mesmo é o *negativo*”, que “é o verdadeiro elemento dialético”.<sup>12</sup> É essa negatividade que força a *Darstellung*, a qual “se inicia de um começo necessário e, procedendo através de um desdobramento necessário”, atinge “um fechamento necessário” (Albritton, 2005, p.169).

Ressalte-se que a afirmativa de que “o resultado [do desenvolvimento lógico de um sistema de categorias] não pode estar ‘contido’ na premissa, porque a última é mais pobre em conteúdo do que o primeira” só “é autoevidente” como sustenta Arthur (2004, p.83) no âmbito da lógica formal, pois na dialética do concreto ela é absurda. Na verdade, é apenas por se aferrar ao formalismo aristotélico-kantiano, sustentando que “todos os conceitos do primeiro capítulo de Marx possuem somente um caráter abstrato”, que Arthur (2005, p.40), Murray (2005, p.64-8 e p.76-88) e Reuten (2005, p.40-58) consideram o trabalho socialmente necessário

12 Não se pode, portanto, concordar com Finelli (2007, p.65), para quem “no *Capital* de Marx, a relação abstrato concreto não é para ser lida como uma oposição – contradição”.



como abstrato analítico, descartando, mesmo ao custo de se desconsiderar vários trechos de *O capital*, tanto a demonstração marxista de sua universalidade como substância como de sua “materialidade” social.<sup>13</sup>

Apesar de concordar com Lukács (1919, p.23), para o qual a totalidade sistemática “não é, de maneira alguma, dada imediatamente ao pensamento”, pois “suas articulações têm de ser apresentadas”, Arthur (2004, p.25), da mesma forma que outros defensores da Nova Dialética, deixa em aberto a questão do modo de sua construção.<sup>14</sup> Na verdade, a questão é problemática, visto que, para “apresentar” as articulações da totalidade, é imprescindível conhecer os seus elementos constitutivos, os quais, por sua vez, somente são inteligíveis a partir da própria totalidade. Pergunta-se, assim, como se pode “arrancar violentamente”, via abstração, o elemento que constitui o ponto de partida da exposição, se esse elemento “não tem significado fora da estrutura a que ele pertence”? O que garante que sirva como ponto de partida? É claro que não se pode recorrer ao seu caráter “abstrato e indeterminado”, pois ele se deve ao próprio processo de abstração. Tampouco parece adequado afirmar que representa o “aspecto mais imediato” da totalidade, pois, se essa é plenamente concreta, é o seu conjunto de categorias mediatas e imediatas. Como se sabe que a mercadoria é mais imediata do que a população, a taxa de juros, os aluguéis e os salários? Aliás, conforme aponta Marx na Introdução dos *Grundrisse* (p.21), esses concretos imediatos são, na verdade, abstrações, da mesma maneira que o ser aí na *Fenomenologia do Espírito*. O ser determinado a partir da sua gênese, como explicitado no segundo capítulo da *Lógica* de Hegel, é, como no caso da mercadoria, abstrato, por ser universal, mas também é concreto por ser “síntese de múltiplas determinações, unidade do diverso”. Em compensação, o ser em geral, o elemento comum de muitos conceitos de Aristóteles, como no caso de categorias enquanto tais, desconectadas da sua gênese, como a população, a taxa de juros, os aluguéis e os salários, são abstrações analíticas, cuja estrutura vazia, por ser idêntica ao nada, se encontra desvendada no primeiro capítulo da mesma *Lógica*.

Em resumo, a Nova Dialética assenta-se sobre a abstração analítica, característica do Entendimento, que, conforme criticado por Hegel (1812, p.43-4), se opõe à Razão Dialética. Isto é suficiente para comprometer toda a sua apreciação da exposição marxista do capitalismo a partir da mercadoria, a começar pela proposição de que “os conceitos do primeiro capítulo de Marx possuem apenas um caráter abstrato”, inclusive o conceito de valor, que “é totalmente inadequado e tem de ser substancializado no seu desenvolvimento posterior”.

13 Com razão, Finelli (2007, p.65) afirma que a concepção de Arthur sobre a abstração é “influenciada pela tradição do Empirismo inglês, segundo a qual uma abstração nunca pode ser completamente real”.

14 Ao transferir o ônus do acerto da teoria se encontrar na totalidade desenvolvida, os “novo dialéticos” tornam necessário “testar” o sistema, conforme propõe a metodologia tradicional criticada por Arthur (2005, p.83).

De mais a mais, apesar de Arthur estar em acordo com Marx quando admite que o valor só se universaliza no capitalismo, pois só então a produção social se torna mercantil e o valor, como capital, se torna sujeito do processo, a sua tese de que o trabalho abstrato e o tempo de trabalho socialmente necessário são categorias “necessariamente conceptualizadas inadequadamente” não parece se sustentar, visto derivar-se de sua postura analítica. Tampouco se pode sustentar, a não ser analiticamente, a tese de que o capital que extrai mais-valia (o “capital industrial”) é “momento determinante”, conforme sustenta; ainda que seja o momento essencial do capitalismo, o “capital industrial” somente se forma na presença de trabalho assalariado, quando necessariamente a circulação de dinheiro, que o antecede, desemboca no circuito do capital. Na verdade, uma vez abandonada a analítica em favor de um enfoque efetivamente dialético, não é difícil verificar que, tanto lógica quanto – como se verá na Seção 4 – historicamente, o valor antecede ao capital, até porque, ainda segundo Marx, a própria circulação mercantil gera o valor como substância independente (1857-58, Vol. I, p.71-2 e p.77) e a acumulação de dinheiro como sua finalidade (1867, p.144-7), ou, utilizando a linguagem de Hegel, o *capital em si* (substância), mas não o *capital para si* (sujeito), pois isso pressupõe o trabalho assalariado.

### **A economia mercantil simples**

É claro que não se deve discordar dos defensores da Nova Dialética, quando, seguindo Morishima e Catephores (1978), sustentam que, como processo totalizante, a “produção mercantil simples” nunca prevaleceu,<sup>15</sup> até porque o funcionamento da lei do valor em sua plenitude pressupõe a sociedade burguesa, visto que, conforme sustenta Marx (1867, p.189-90), “só num modo especial de produção, a produção capitalista”, “todos os produtos ou a maioria deles tomam a forma de mercadorias”. Além disso, é somente no modo de produção capitalista que o valor, de substância independente se torna sujeito, realizando, dessa maneira, o que já está posto na circulação simples de mercadoria, que, ao gerar o dinheiro, produz o afã de acumulá-lo (Marx, 1867, p.144), ou seja, engendra o *capital em si*.<sup>16</sup>

Dito de outro modo, o processo de desenvolvimento da circulação simples de mercadorias dá origem à circulação do dinheiro como capital, que “tem sua finalidade em si mesma, pois a expansão do valor só existe nesse movimento continuamente renovado” (Marx, 1867, p.171).<sup>17</sup> Conforme afirma Marx (1857-58, p.186), “já na determinação simples do valor de troca e do dinheiro se en-

15 Ressalte-se, todavia que, conforme contesta Meek (1977), Morishima e Catephores falham ao não apresentar evidências históricas convincentes da não existência da produção mercantil simples em âmbito restrito.

16 Veja-se, também, Marx (1867, p.147).

17 O afã de acumular mais dinheiro, assim, “é comum tanto ao capitalista e ao entesourador, mas enquanto este é capitalista enlouquecido, aquele é o entesourador racional” (Marx, 1867, p.173).

contra latente a antítese entre o trabalho assalariado e o capital”, de modo que “o *dinheiro como capital* é uma determinação do dinheiro que vai mais além de sua determinação simples como dinheiro. Pode-se considerá-lo como uma realização superior, do mesmo modo que se pode dizer que o desenvolvimento do macaco é o homem” (p.189).

Disto não se segue, contudo, que a produção mercantil e, portanto, que a lei do valor, se tenham desenvolvido somente com o capitalismo, até porque “a troca das mercadorias exata ou aproximadamente por seus valores supõe *condições bem mais atrasadas* que a troca aos preços de produção, a qual exige determinado nível de desenvolvimento capitalista” (Marx, 1893, p.200).<sup>18</sup> Afinal, conforme esclarece Marx (1867, p.190),

podem ocorrer produção e circulação de mercadorias, embora os produtos em sua quase totalidade, se destinem à satisfação direta das próprias necessidades, não se transformando em mercadorias, e o valor de troca esteja muito longe de dominar o processo social em toda a sua extensão e profundidade.

Ao contrário, portanto, do que sustenta Arthur,

os valores das mercadorias precedem os preços de produção não só *teórica*, mas *historicamente*. Isto é válido nas condições *em que os meios de produção pertencem ao trabalhador*, e esse é o caso, tanto no mundo antigo quanto no moderno, do camponês que cultiva a própria terra e do artesão [independente]. (Marx, 1893, p.201)

Tanto assim que, ainda como afirma Marx (*idem*), “afim de que os preços por que se trocam as mercadorias correspondam aproximadamente aos valores”, entre outras coisas, basta, em primeiro lugar, que “a troca das diferentes mercadorias deixe de ser meramente fortuita ou ocasional” e, em segundo lugar, que, “se consideramos a troca direta de mercadorias, produzam-se elas aproximadamente nas proporções adequadas às necessidades recíprocas dos dois lados, o que vem com a experiência mútua de venda e resulta da própria troca continuada.

Em resumo, ao contrário do que sustentam os defensores da Nova Dialética, a construção do Livro I de *O capital*

é ao mesmo tempo uma construção histórica porquanto que a sucessão mercadoria – dinheiro – capital, com a que começa a economia marxiana, reproduz o processo real que haveria de conduzir na Europa Ocidental à aparição do capital. Como a pré-história do capital se caracteriza pela produção e circulação de mercadorias, o começo lógico da análise marxiana coincide com o começo genético do objeto. (Schmidt, 1973, p.72)

<sup>18</sup> Um exemplo de uma economia mercantil simples pode ser encontrado em Marx (1893, p.199-200).

## A dialética da História em Hegel e Marx

Ressalte-se que a rejeição da dialética da história, tendo remontado talvez a Nietzsche, que rejeita qualquer evolucionismo, sentido ou mesmo compreensão racional da história, ganhou realce com a crítica ao marxismo e ao historicismo, encetada pela escola alemã de Leopold von Ranke, Wilhelm Dilthey e Oswald Spengler, além de Arnold Toynbee, de Benedetto Croce, Bertrand Russell, W. H. Walsh e Karl Popper, entre outros. “Valendo-se de argumentos kantianos, gnosiocríticos”, também a escola austro marxista de Karl Renner, Marx Adler e Otto Bauer, contesta não apenas “a possibilidade de uma ciência de leis causais do desenvolvimento social”, mas também “a teoria marxista da necessidade histórica e da inelutabilidade da revolução” (Bauer, apud Reale e Antiseri, 1986, vol. III, p.792). Ecoando essas perspectivas, Louis Althusser (1968, p.61) assume posição semelhante, ao asseverar que “*teoricamente falando*, o marxismo é, por um mesmo movimento e em virtude da ruptura epistemológica única que o funda, um anti-humanismo e um anti-historicismo”.

Embora fosse de se esperar que críticos de Marx, mesmo marxistas que rejeitam a dialética hegeliana, negassem o materialismo histórico, é paradoxal que os “novos dialéticos”, que se dizem basear na *Ciência da Lógica* de Hegel o façam, até porque, como exposição do que é pensável dialeticamente, esta obra pressupõe a história da consciência que teria chegado ao ponto em que se tornou possível explicitar sua estrutura categorial. Em outras palavras, a lógica pensada – a *Ciência da Lógica* – pressupõe a lógica vivida – a *Fenomenologia do Espírito* –, ou seja, que a consciência tenha esgotado o seu caminhar histórico, o qual necessariamente, por sua vez, obedeceria à estrutura da *Lógica*, sob pena de inviabilizar a sua construção. Além disso, à exceção da tríade Ser – Nada – Devir, a dialética da *Lógica* é dialética do concreto, o que significa que toda categoria a partir do Ser Determinado (síntese do Ser e do Nada, como Devir) deve necessariamente existir, quer na Natureza, quer na história. Não se pode rejeitar *ex limine*, portanto, a dialética da história, sem resolver os paradoxos que nascem dessa postura, a começar pela existência de uma razão dialética cuja formação histórica não tenha sido racional e que gere categorias concretas que não estejam dispostas logicamente no desenrolar da história. Afinal, “se não é dominada conceitualmente, a história acaba sendo, em suma, uma ‘coleção de fatos mortos’” (Schmidt, 1973, p.29).<sup>19</sup> De mais a mais, se a verdade é totalidade sistemática, como quer Arthur, o historiador marxista deve ocupar-se da totalidade (Marx, 1846, p.28-38), que “é a totalidade do movimento ou o movimento total que será percorrido pela humanidade concreta no curso de sua história” (Latouche, 1975, p.34).

Se, de acordo com Marx (1857-1858, v. I, p.26), “a anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco”, visto que “os indícios das formas superiores nas

19 Refere-se a Marx e Engels (1846, p.27), que afirmam que a partir da concepção de que o modo de produção é determinante, “a história deixa de ser uma coleção de fatos mortos”.

espécies inferiores de animais somente podem ser compreendidos quando se conhece a forma superior”, é porque, conforme esclarece Darwin, existe uma lógica que preside ao processo evolucionário das espécies. De forma semelhante, se as categorias que expressam as condições da economia capitalista e a compreensão de sua organização “permitem ao mesmo tempo compreender a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade do passado, sobre cujas ruínas e elementos ela foi edificada e cujos vestígios, ainda não superados, continua arrastando, ainda que nela meros indícios prévios desenvolveram a sua plena significação” (idem), é porque a evolução histórica da sociedade humana também segue um processo lógico e a historização da história ocorre em sua conexão com o modo de produção capitalista, que é seu devir. Assim como a chave da história da consciência está na *Ciência da Lógica*, a chave para se compreender a história dos modos de produção – concebidos como a verdadeira substância da história humana – se encontra em *O capital*.

É claro que, como salienta Schmidt (1973, p.91), “Marx não procede, em *O Capital*, de um modo propriamente histórico, senão que, seguindo ensinamentos da *Lógica* de Hegel, à ‘base e possibilidade de uma ciência sintética, de um sistema e de um conhecimento sistemático’.”<sup>20</sup> Sua teoria, portanto, “pretende representar a sociedade burguesa – sem tomar em consideração sua origem histórica – como um sistema fechado, *explicável a partir de si mesmo*” (p.66), até porque todos os pressupostos históricos do capital plenamente desenvolvido se apresentam, no capitalismo, “como resultados de sua própria realização, como realidade *posta* por ele: *não como condições de sua gênese, senão como resultados de sua existência*” (Marx, 1857-1858, vol. I. Cap. III, p.421). Nesse sentido, “Marx enfrenta um ‘sistema’ no sentido rigorosamente dedutivo, e não uma tarefa historiográfica” (Schmidt, 1973, p.67), dando razão aparente não apenas aos “novos dialéticos”, mas, antes deles, a Adler, Bauer e Althusser, para quem *O capital* é uma obra puramente teórica, em antítese à “história concreta”.

Se, pois, “para analisar as leis da economia burguesa não é necessário (...) escrever a *história real das relações de produção*”, não obstante, “a correta concepção e dedução das mesmas (...) conduz sempre às primeiras equações (...) que apontam a um passado que jaz por detrás desse sistema” (Marx, 1857-58, Cap. III, p.422). Nesse passado, estão a “produção de mercadorias e o comércio, forma desenvolvida da circulação de mercadorias” que “constituem as condições históricas que dão origem ao capital” (Marx, 1867, livro I, Cap. IV, p.165), visto que

para desenvolver-se o modo capitalista de produção, é mister historicamente que o capital mercantil exista e atinja certo grau de desenvolvimento, (1) pois é condição prévia da concentração dos haveres monetários, e (2) porque o modo capitalista de produção supõe produção para o comércio. (Marx, 1893, Livro III, Cap. XX, p.376)

20 Citação da edição em alemão da *Ciência da Lógica*, Leipzig, 1951, v.II, p.458.

Mais do que isto, o capital mercantil “é, na realidade, do ponto de vista histórico, o modo independente de existência mais antigo do capital” (Marx, 1893, Livro III, Cap. XX, p.374). Não, é claro, do capital para si, como sujeito, mas do capital em si, como finalidade do processo de circulação mercantil, que, no comércio, assume a forma do capital D – M – D + ??D (p.376). Afinal, “[o] capital pode e tem de formar-se no processo de circulação, antes de aprender a dominar seus extremos, os diferentes ramos de produção, ligados pela circulação” (p.378). De mais a mais, o comércio “desagrega as antigas relações sociais” e “aumenta a circulação do dinheiro” (p.380). Todavia, “a riqueza existente sob a forma de dinheiro somente pode ser trocada pelas condições objetivas do trabalho porque e quando estas estejam separadas do trabalho mesmo” (Marx, 1857-58, Cap. III, p.466).<sup>21</sup>

Em outras palavras, o trabalho deve ser livre – “livre nos dois sentidos, o de dispor como pessoa livre de sua força de trabalho como sua mercadoria e o de estar livre, inteiramente despojado de todas as coisas necessárias à materialização de sua força de trabalho” (Marx, 1893, Livro III, Cap. XX, p.189). Ora, essa dupla “liberdade” “é evidentemente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, do desaparecimento de antigas formações da produção social” (ibidem). Significa a “dissolução da pequena propriedade da terra, assim como também da propriedade coletiva da terra baseada na comuna oriental” (Marx, 1857-58, Cap. III, p.433) que sempre pressupõem a comunidade. Na forma “oriental”, o “indivíduo é somente possuidor” (idem, p.439) e a comunidade suprema aparece “como o *proprietário* superior ou como o *único proprietário*, de modo que as comunidades efetivas [inferiores] aparecem como possuidores hereditários” (idem, p.434). Na forma “clássica”, a cidade surge “como centro já desenvolvido dos camponeses (proprietários de terra)”, de forma que “[a] terra de cultivo aparece como território da cidade” (p.436). “A comunidade – como estado – é, por um lado, a relação recíproca entre estes proprietários iguais e livres, seu vínculo contra o exterior e, ao mesmo tempo, sua garantia” (p.437). Na forma germânica, “a comunidade somente existe na relação recíproca entre os proprietários individuais da terra” (p.444). Como em Roma, há “o *ager publicus*, a terra comunitária ou terra do povo, diferenciada da propriedade dos indivíduos” (p.442), na forma de terra de caça, pradarias, reservatórios de lenha, etc., “como um complemento comunitário das residências individuais da tribo e das apropriações individuais do solo” (p.444). “A propriedade do indivíduo não aparece mediada pela comunidade, senão que a existência da comunidade e da propriedade comunitária aparecem como mediadas, isto é, como relação recíproca de sujeitos autônomos” (p.443).

21 Sweezy (1950) atribuiu erroneamente à expansão independente do comércio a desagregação do modo de produção feudal e o surgimento do capitalismo, como se a circulação mercantil, de por si, criasse trabalho “livre”. Para uma crítica, veja-se não somente Dobb (1950), Takahashi (1951) e Hilton (1954), mas o próprio Marx (1867, Livro I, Cap. IV).

Mas “a produção mesma, o progresso da população (...) suprimem gradual e necessariamente” as condições de reprodução dessa sociedade de livres proprietários ou possuidores de terra, “as destroem em vez de reproduzi-las, etc. e desse modo se desintegra a entidade comunitária junto com as relações de propriedade em que estava baseada” (p.446). Ou seja, a reprodução “*é necessariamente nova produção e destruição da forma antiga*” (p.454). O aumento da população, por exemplo, além de transformar a aldeia em cidade, ampliando a divisão de trabalho entre ela e o campo, requer nova colonização, o que traz a guerra e, com ela, escravos e a ampliação do *ager publicus*. Na verdade, todas essas formas primitivas de propriedade “contêm em si a escravidão como possibilidade e, por isso, como sua própria abolição” (p.462). Também a *relação senhorial* e a *relação de servidão* surgem da “apropriação dos instrumentos de produção e constituem um fermento necessário do desenvolvimento e da decadência de todas as relações de propriedade e de produção originárias” (p.462).

Mas na servidão, uma vez que o produtor imediato “possui (...) os próprios meios de produção, os meios materiais necessários para realizar o próprio trabalho e produzir os meios de subsistência” (Marx, 1893, Livro III, Cap. XLV, p.906), pode haver “desenvolvimento autônomo do patrimônio e, relativamente falando, de riqueza entre sujeitos à corveia e servos” (p.909). Como resultado da tradição, que “a lei por fim consagra expressamente” (idem), o tempo de sobretrabalho do produtor direto fixa-se, tornando-se

magnitude constante, regulada pelo direito consuetudinário ou escrito. Mas a produtividade dos dias restantes da semana à disposição do produtor imediato é magnitude variável, que se desenvolve com a experiência, ao mesmo tempo em que as novas necessidades que passa a conhecer, a expansão do mercado para os produtos dele, a segurança crescente com que usa essa parte da força de trabalho incitam-no a distendê-la mais. Não se deve esquecer aí que o emprego dessa força de trabalho não se limita à agricultura, mas abrange também a indústria doméstica rural. Existe aí a possibilidade de certo desenvolvimento econômico dependendo naturalmente de circunstâncias favoráveis, de caracteres étnicos congênitos etc. (p.910)

Como resultado, “enquanto a exploração camponesa torna-se próspera, a senhorial estaciona. Torna-se interessante comutar a renda trabalho para a renda em espécie” (Gontijo, 1982, p.65), o que reforça o processo, pois “esta renda, comparada com a renda em trabalho, deixa ao produtor maior sobra de tempo para trabalhar em seu proveito além do tempo em que trabalha para as necessidades imediatas” (Marx, 1893, Livro III, Cap. XLV, p.912). Mais do que isso, com essa forma de renda “aparecem diferenças maiores de situação econômica entre os produtores diretos”, surgindo, desse modo, a possibilidade “de esse produtor imediato obter os meios para diretamente explorar por sua vez o trabalho alheio” (idem).

Com a comutação da renda em espécie – que, não obstante, poderá persistir “em modos e em relações de produção mais desenvolvidos” (p.911) – em renda em dinheiro – a qual, segundo Macfarlene (1978, p.56), se tornou possível no século XVI, pois “só é possível em certo nível elevado de desenvolvimento do mercado mundial, do comércio e da manufatura” (Marx, 1893, p.916), – “muda o caráter em maior ou menor grau o modo de produção”, pois a família camponesa “perde a independência e não mais se isola do conjunto das relações sociais” (p.913). Emerge, assim, o processo de diferenciação do campesinato, analisado extensivamente por Lênin (1908, caps.I e II, p.23-174), com a progressiva pauperização de expressiva parcela do mesmo, que procura no mercado de trabalho o complemento da sua subsistência, e o enriquecimento de outra parcela, que passa a empregar mão de obra assalariada, ao mesmo tempo que o antigo senhor feudal se torna mero proprietário arrendatário. Na verdade, “a formação de uma classe de jornaleiros sem posses e que se alugam por dinheiro, necessariamente acompanha e mesmo precede a transformação da renda-produto em renda-dinheiro” (Marx, 1893, p.915). “Foi sobre essa ‘nova classe’, surgida principalmente na Inglaterra no século XVI, que se baseou o capitalismo” (Macfarlene, 1978, p.57).<sup>22</sup>

Finalmente, a expansão do mercado e a existência de uma crescente classe de diaristas tornaram possível o processo de acumulação primitiva, que “constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista” (Marx, 1867, Livro I, Cap. XXIV, p.830), cuja base está dada pela “expropriação do produtor rural, do camponês, que fica assim privado de suas terras” (p.831), num capítulo escrito “a sangue e fogo nos anais da humanidade” (p.830). Essa separação violenta do trabalhador dos meios de produção vai se completar com o processo de sua reunião, sob o comando do capital, abrindo caminho para a dialética do desenvolvimento das formas de produção especificamente capitalistas, que, ultrapassando a cooperação simples e a manufatura, culminam com a grande indústria (Marx, 1867, Livro I, Seção Quinta, p.357-579), e, com ela, a transformação da subsunção formal em subsunção real do trabalho ao capital (ou seja, à transformação do capital, de sujeito formal, em sujeito real do processo de produção social; veja-se Marx, 1866, p.59-60 e 72-77).

Enfim, em se adicionando o Cap. XLV do Livro III de *O capital*, referente às considerações históricas sobre a renda da terra, e o Capítulo XXIV do Livro I dedicado à Acumulação Primitiva, vemos que o texto dos *Grundrisse* (vol. I, Cap. III, p.420-477) que inclui a Acumulação Originária do Capital e as Formações Econômicas Pré-Capitalistas está para *O capital* assim como a *Fenomenologia do Espírito* está para a *Lógica* de Hegel. Além disso, conforme salientado na Seção 4,

22 É curioso que Macfarlene critique a tradição historiográfica que atesta a pré-existência da produção camponesa de tipo feudal antes do advento do capitalismo apoiando-se em evidências de meados do séc. XVII e mesmo posteriores, esquecendo-se que Marx (1867, Livro I, Cap. XXIV, p.831) afirma que “nos fins do século XIV, a servidão tinha desaparecido praticamente da Inglaterra”.



a construção sistemática de *O capital* é também construção histórica, para não falar no fato de que, como diz Marx (1987, Livro I, Cap. IV, p.166), a história do capital “se desenvolve diariamente aos nossos olhos”. Não se pode, pois, conceber *O capital* não apenas sem a expansão comercial, mas, sobretudo, sem a dialética da história que produziu o trabalho livre, de modo que fazê-lo, como querem os “novos dialéticos”, coloca sérios problemas que precisam ser endereçados adequadamente. Afinal, parece difícil, para não dizer impossível, separar a dialética da história, que se encontram, conforme demonstrado, intimamente relacionados tanto em Hegel quanto em Marx. Conforme sustenta Schmidt (1973, p.86), “o específico do método do Marx maduro (...) consiste em que se assegura, por via lógica, a força explosiva da dialética histórica”.

### **O Capital como Ideia**

Os textos da Nova Dialética são ricos em comparações entre partes de *O capital* e da *Ciência da Lógica*. Arthur (2005, p.90), por exemplo, sustenta que o valor possui o perfil do Ser da *Lógica* de Hegel e que “podemos falar das mercadorias em termos da oposição elementar entre o Ser e o Nada”. O problema dessa comparação, contudo, é que, por estar na base de todo pensar racional, tudo é Ser e, portanto, contém o Nada como um de seus momentos, a começar pelas abstrações da lógica formal, que também são alguma coisa – são abstrações vazias. De mais a mais, conforme apontado na Seção 3, o Ser hegeliano é abstrato, enquanto a mercadoria é ser determinado, concreto, situando-se, portanto, num momento posterior à trilogia inicial da *Lógica*, como seu desenlace. Não é sem motivo, pois, que, segundo Arthur, o valor, como conteúdo escondido atrás do valor de troca aparece como fenômeno (p.95), gerando, através do intercâmbio mercantil, “um mundo de forma pura vazio de conteúdo” (155). Em compensação, para Marx o mundo fetichizado é a exteriorização do trabalho abstrato concreto, que emerge como existência autônoma e oposta aos seus produtores.

Mas a comparação de maior significado está verbalizada por Arthur (2005, p.137), quando sustenta que o capital requer “conceitualização em forma análoga às da ‘Ideia’ de Hegel”, e por Tony Smith (1990), quando afirma que *O capital* segue a forma do silogismo, que, em Hegel, é momento do Conceito – fase de superação das contradições, que desemboca na Ideia.<sup>23</sup> De fato, à primeira vista, o capital parece seguir a estrutura da Ideia, na medida em que, conforme mostra Marx, surge como substância (o valor) que se torna sujeito, pondo, portanto, as condições de sua própria existência. Ocorre, porém, que a Ideia hegeliana não é somente objetividade e sujeito, mas, como resultado final da *Lógica*, não mais apresenta contradições, enquanto, como Arthur (2004, p.52) mesmo reconhece,

---

<sup>23</sup> Para uma discussão dessa perspectiva, veja-se Kincaid (2008, p.400-6).

a subsunção do trabalho ao capital nunca é plena, até porque, conforme salienta Müller (1982, p.39):<sup>24</sup>

se formalmente o capital pode ser a totalidade da relação entre si mesmo e o trabalho assalariado (o trabalho enquanto capital variável), materialmente ele não pode prescindir da sua oposição sempre renovada ao trabalho vivo, já que enquanto trabalho objetivado, morto, o capital não tem outro conteúdo social que não o trabalho. Se na ideia hegeliana a realidade se torna adequada ao conceito, que se alastra sobre ela e a domina para torná-la correspondente a si, nas formações capitalistas a realidade nunca corresponde plenamente ao conceito de capital porque a sua realização integral como 'sujeito automático' da produção, através da 'aplicação tecnológica das ciências naturais', e na forma mais próxima do seu conceito, como capital fixo, tende a subverter a sua própria base de valorização.

### **Dialética Sistemática ou Formalismo Pseudo-Hegeliano?**

À guisa de conclusão, parece necessário colocar em dúvida, a partir das considerações acima, o caráter sistemático, para não dizer dialético, da Nova Dialética. Para começar, se, com Lênin, é imprescindível estudar a *Lógica* de Hegel para se compreender *O capital*, não parece possível fazê-lo sem se abandonar a abstração aristotélica, que caminha por adição de determinações, não ultrapassando, pois, o nível do Entendimento, em oposição à Razão, cujo motor é a negação e que jamais se afasta da realidade concreta, mas apenas a reconstrói obedecendo à sua lógica interna. Por movimentar-se pela Árvore Porfiriana, a Nova Dialética torna, por via de consequência, necessário reconstruir *O capital*, com o abandono do universal concreto, a categoria hegeliana que resume a totalidade, gerada a partir dos desdobramentos de suas contradições internas.

O caminhar para a totalidade, portanto, perde o seu caráter necessário, comprometendo a sistematicidade, que, assim, na Nova Dialética, está longe de ser demonstrada. A totalidade surge como uma construção formal do Entendimento, sujeita, portanto, à crítica racional, por possuir pressupostos não demonstrados. Mais do que isso, com esta construção rompe-se o vínculo com a história, pois esta deixa de ser condicionada pela totalidade concreta, que lhe dá a lógica de seu devir. A totalidade, portanto, além de assistemática, perde seus fundamentos autodemonstrados, deixa de ser um círculo que condiciona a sua própria história, como desenrolar necessário de sua própria constituição. Torna-se, portanto, totalidade arbitrária, fruto da casualidade, do acidental.

24 Restaria saber se o capital carece da estrutura da Ideia ou se a Ideia hegeliana carece de consistência. Como ressalta Patrick Murray (2005, p.148), na *Crítica da filosofia do direito de Hegel e nos Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, Marx sustenta que, ao contrário do que quer Hegel, as contradições da Essência não se reconciliam numa esfera mais elevada, ou seja, ao nível do Conceito, cuja coroa é a Ideia. Ressalte-se, porém, que esses não são textos da maturidade.

## Referências bibliográficas

- ALBITRON, R. How dialectics runs around: The antinomies of Arthur's Dialectic of Capital. *Historical Materialism*, v.13, n.2, p.167-286.
- ALTUSSER, L. 1968. O marxismo não é um historicismo. In: ALTUSSER, L.; BALIBAR, É.; ESTABLET, R. *Ler O capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p.61-90.
- ARTHUR, C. J. *The New Dialectics and Marx's Capital*. Leiden: Brill, 2004.
- BÁEZ, M. L. R. (org.). *Dialéctica y Capital*. Ciudad de México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2005.
- \_\_\_\_\_. Sobre alguns momentos del concepto de capital. In: \_\_\_\_\_. *Dialéctica y Capital*. Ciudad de México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2005a. p. 257-302.
- BIDET, J. New interpretations of *Capital*. In: BIDET, J.; KOUVELAKIS, S. *Critical Companion to Contemporary Marxism*. Leiden, The Netherlands: Brill, 2008. p.369-383.
- CALLINICOS, A. Against the New Dialectic. *Historical Materialism*, v.13, n.2, p.41-59, 2005.
- DOBB, M. 1950. Replica. *Science & Society*, v.XIV, n.2, p.157-167. [Reimpresso em SWEEZY, P. M. et al. 1954. *Do feudalismo ao capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1971. p. 59-77.]
- EVANGELIOU, C. *Aristóteles Categories and Porphyry*. New York: Köbenhauer, 1988.
- FINELLI, R. Abstraction versus contradiction: Observations on Chris Arthur's, *The New Dialectic and Marx's 'Capital'*. *Historical Materialism*, v.15, p.61-74, 2007.
- GONTIJO, Cláudio. Dialética e método na Introdução aos Grundrisse. *XIX Encontro Nacional de Economia Política*, Florianópolis, 3 a 6 de junho de 2014.
- \_\_\_\_\_. Dialética da propriedade e gênese do capitalismo. *Boletim SEAF*, v.2, 1982, p.43-68.
- HEGEL, G.W.F. *Lecciones sobre La Historia de la Filosofía*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, [1833 ] 1977. 3 vols.
- \_\_\_\_\_. *Ciencia de la lógica*. Buenos Aires: Solar/Hachette, [1812] 1968.
- \_\_\_\_\_. *A fenomenologia do espírito*. In: Hegel. Tradução de Wenceslao Roces com a colaboração de Ricardo Guerra. São Paulo: Abril Cultural, [1807] 1980. p.1-75.
- HILTON, R. 1954. Comentário. In: SWEEZY, P. M. et al. 1954. *Do feudalismo ao capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1971. p.151-166.
- KINCAID, J. The New Dialectic. In: BIDET, J.; e KOUVELAKIS, S. *Critical Companion to Contemporary Marxism*. Leiden, The Netherlands: Brill, 2008. p.385-411.
- KÖSIK, K. *A Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1963] 1985.
- LATOUCHE, S. *Análise econômica e materialismo histórico*. Tradução de Ana Maria Kirschner Montenegro e Carlos Roberto Oliveira. Rio de Janeiro: Zahar, [1975] 1977.
- LAWLER, J. Hegel on logical and dialectical contradictions, and misinterpretations from Bertrand Russell to Lucio Colletti. In: MARQUIT, E.; MORAN, P.; TRUIT, W. H. *Dialectical Contradictions: Contemporary Marxist Discussions*. Mineapolis: Marxist Educational Press, 1982. p.11-44.
- LENIN, V. I. *El desarrollo del capitalismo en Rusia*. Tradução de José Laín Entralgo. Barcelona: Ariel, [1908] 1974.
- LIKITKIJSOMBOON, P. The Hegelian dialectic and Marx's Capital. *Cambridge Journal of Economics*, v.16, p.405-419, 1992.

- LUKÁCS, G. *História e consciência de classe*. Tradução de Telma Costa. Porto: Publicações Escorpião, [1919-22] 1974.
- MACFARLENE, A. *Família, propriedade e transição social*. Tradução de Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- MARX, K. *O capital*. Tradução de Reginaldo Sant'Ana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1867-1893] s.d. 6v.  
 \_\_\_\_\_. Posfácio da 2ª Edição. In: MARX, *O capital*, [1873] 1867. p.8-17.  
 \_\_\_\_\_. *El capital. Libro I – Capítulo VI Inédito*. Tradução de Pedro Scaron. Buenos Aires: Siglo XXI, [1866] 1974.  
 \_\_\_\_\_. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Borrador) 1857-1858*. Tradução de José Arico, Miguel Murmis e Pedro Scarón. Cidade do México: Siglo XXI, [1857-1858] 1971.  
 \_\_\_\_\_. *La ideología alemana*. Tradução de Wenceslao Roces. Barcelona: Grijalbo, [1846] 1974.
- MEEK, R. L. The historical transformation problem. In: *Smith, Marx and After*. London: Chapman & Hall, 1977. p.134-145.
- MORISHIMA, M.; CATEPHORES, G. Existe um problema de transformação “histórica”? In: *Valor, Exploração e Crescimento*. Rio de Janeiro: Zahar, [1978] 1980. p.196-227.
- MÜLLER, M. L. Exposição e método dialético em *O capital*. *Boletim SEAF-MG*, n.2, p.17-41, 1982.
- MURRAY, P. La teoría del valor trabajo “verdaderamente social” de Marx: El trabajo abstracto en la teoría marxista del valor. In: BÁEZ, M. L. R. (org.). *Dialéctica y Capital*. Ciudad de México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2005. p. 59-95.
- REALE, G.; ANTISERI, D. *História da Filosofia*. São Paulo: Paulus, [1986] 2005. 3v.
- REUTEN, Geert. El trabajo difícil de una teoría del valor social: metáforas y dialéctica sistemática al principio de *El Capital* de Marx. In: BÁEZ, M. L. R. (org.). *Dialéctica y Capital*. Ciudad de México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2005. p.31-58.
- ROSDOLSKY, R. *Genesis y Estructura de El Capital de Marx*. Tradução de León Mames. Cidade do México: Siglo XXI, [1968] 1978.
- SAAD FILHO, A. Re-reading both Hegel and Marx: The “new dialectics” and the method of Capital. *Revista de Economía Política*, v.17, n.65, p.107-120, 1997.
- SCHIMIDT, A. *Historia y estructura*. Tradução de Gustavo Muñoz. Madrid: Alberto Corazon, 1973.
- SMITH, T. *Dialectical Social Theory and its Critics*. New York: State of New York Press, 1993.
- SWEEZY, P. M. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, [1956] 1973.  
 \_\_\_\_\_. A transição do feudalismo para o capitalismo. *Science & Society*, vol. XIV, n.2, 1950, p.134-157. [Reimpresso em SWEEZY, P. M. et al. 1954. *Do feudalismo ao capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1971. p.17-57.]
- SWEEZY, Paul M. et al. 1954. *Do feudalismo ao capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1971.
- TAKAHASHI, H. K. Uma contribuição para a discussão. *Economic Review (Keizai Kenkyu)*, v.II, n.2, 1951, p.128-146. [Reimpresso em SWEEZY, P. M. et al. 1954. *Do feudalismo ao capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1971. p.79-128.]

## Resumo

Este artigo examina criticamente a “Nova Dialética” de Christopher Arthur, que se propõe a “reconstruir” *O capital*, procurando demonstrar o seu caráter analítico e formal, que se desdobra por adição de determinações. Com o abandono do universal concreto, a totalidade deixa de ser gerada pelos desdobramentos de suas contradições internas, com a perda de seu caráter necessário e sistemático. A totalidade, além de assistemática, perde sua autofundamentação, deixando de ser um círculo que condiciona necessariamente a sua própria constituição. Torna-se, portanto, totalidade arbitrária, fruto da casualidade, do acidental.

**Palavras-chave:** Nova Dialética; dialética marxista; dialética hegeliana; materialismo histórico.

## Abstract

This article examines critically Christopher Arthur’s “New Dialectic”, showing it’s analytical and formal character, which works through the addition of determinations, making necessary to “reconstruct” Marx’s *Capital*. With the abandonment of the universal concrete, the unfolding of its inner contradictions, losing its features as necessary and systematic, no longer generates the totality. As a result, the totality, besides a-systematic, loses its self-demonstrated fundamentals, as a circle that conditions its own history as the necessary unfolding of its constitution. It becomes, thus, an arbitrary construction, a product of chance.

**Keywords:** New Dialectic; Hegelian dialectic; Marxian dialectic; historical materialism.

CONSULTE A BIBLIOTECA VIRTUAL DA *CRÍTICA MARXISTA*

<http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista>

# CRÍTICA marxista

**Exame crítico da teoria da financeirização**

Eleutério F. S. Prado

**Classes sociais e grupos subalternos**

Leandro Galastri

**Gramsci teórico das relações internacionais**

Marcos Vinícius Pansardi

**História crítica das *Obras completas*  
de Marx e Engels (MEGA)**

Thomas Marxhausen

**E. P. Thompson: controvérsias  
e contribuições (Dossiê)**

Antonio Luigi Negro, Nicolás Iñigo Carrera  
e Pedro Benítez Martín

39